Operação conjunta interdita uso irregular de cal de construção em tratamento de água em Acorizal

Polícia Civil, Vigilância Sanitária e Procon flagram concessionária utilizando produto impróprio no tratamento de água potável

Uma ação coordenada entre Polícia Civil, Vigilância Sanitária Estadual e Procon de Mato Grosso foi realizada na manhã de terça-feira para investigar irregularidades no processo de tratamento de água em Acorizal. A operação ocorreu na Estação de Tratamento de Água (ETA) após denúncia encaminhada pela 6ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cuiabá.

A investigação apontava que a concessionária responsável pelo fornecimento de água estaria utilizando cal hidratada de origem inadequada no tratamento da água distribuída aos habitantes do município. Durante a inspeção, os fiscais localizaram diversos sacos do produto nas dependências da estação, levantando suspeitas sobre sua aplicação no processo de tratamento.

Quando questionados, os colaboradores da concessionária confirmaram a presença do material, explicando que o produto havia sido adquirido em um fornecedor local de materiais de construção. Conforme relataram, o material seria utilizado no tratamento, embora alegassem que não havia sido empregado naquela data específica em razão da qualidade satisfatória da água.

A Vigilância Sanitária Estadual realizou verificação técnica da embalagem e estabeleceu contato direto com o fabricante, sediado em Nobres. A empresa confirmou que o produto encontrado é exclusivamente destinado à construção civil e que não produz nem comercializa cal apropriada para tratamento de água potável.

Identificada a utilização de material impróprio, a Vigilância Sanitária procedeu com a interdição completa do produto presente na estação. A Polícia Civil coletou amostras para análise pericial, enquanto a administração da concessionária recebeu notificação formal quanto à proibição do uso do material.

Conforme explicou o delegado Rogério Gomes, responsável pela Delegacia Especializada de Defesa do Consumidor, embora a cal possa ser legitimamente empregada em processos de tratamento de água, é fundamental que seja especificamente produzida para essa finalidade. A utilização de cal destinada a obras pode comprometer a saúde pública, pois frequentemente contém metais pesados e contaminantes que ultrapassam os limites estabelecidos para produtos de tratamento de água para consumo humano.

A Polícia Civil informou que um inquérito policial será instaurado para investigar as circunstâncias do caso e apurar possíveis responsabilidades dos dirigentes da empresa concessionária de água e esgoto de Acorizal, caso as irregularidades sejam confirmadas.